

Introdução

Quase oitenta anos após a conquista arquitetônica do Ministério de Educação e Cultura não deixamos de admirar, estudar e inclusive nos surpreender, de novo, a cada dia, diante da produção moderna que, a partir de então, se desenvolveu no Brasil. E não estamos nos referindo apenas à desenvoltura plástica das obras, uma vez que - conjecturamos - poderia ser associada estreitamente aos talentos individuais dos arquitetos. O que de fato nos impressiona é que, concomitante às extraordinárias pesquisas formais atentamos ainda para a engenhosa e, por vezes, inusitada, tecnologia da construção alcançada em um país historicamente carente de um domínio cultural coletivo, quer técnico ou artístico.

Como é notório, a arquitetura moderna se materializou à luz dos experimentalismos tecnológicos e científicos que permitiram o artificialismo dos materiais no campo da construção, em especial o aço e o concreto. Não foi à toa que os estudos historiográficos conferiram ao desenvolvimento da engenharia da construção industrializada, a partir de meados do século XIX, o papel de protagonista do projeto moderno. Sabemos ainda que, no processo de resolver o conflito primordial de oposição entre arte e indústria o horizonte tecnológico atingiria patamares muito além dos experimentalismos mecânicos e do cálculo matemático, insinuando confundir-se com a própria utopia moderna. É presumível, contudo, que a transição entre a teoria e a prática arquitetônica moderna tenha solicitado mediações circunstanciais e, por vezes, inevitavelmente contraditórias.

No Brasil, um dos maiores problemas para a implantação do projeto arquitetônico moderno residia no esforço de adequação da racionalidade industrial ao empirismo local. Apesar do grau de dificuldade, sabemos ainda que, desde o MEC e o MAM, até a construção de Brasília, foi possível a edificação de estruturas notáveis. Já, na contramão do sucesso das obras exemplares modernas, a produção dos conjuntos habitacionais no Brasil é associada à monotonia formal de construções de baixa qualidade. Considerando o caráter emblemático das habitações coletivas para o projeto moderno, é curioso que não se tenham constituído veículo de retórica progressista política nos mesmos moldes que

ocorrera com o projeto de construção da nova capital do país, salvo os extraordinários exemplares dos conjuntos do Pedregulho e da Gávea.

A projeção alcançada pelos conjuntos de Affonso Eduardo Reidy foi, de fato, intencional, segundo testemunha a engenheira Carmem Portinho, uma das principais responsáveis pela construção das obras:

Pedregulho foi feito para chamar a atenção do mundo inteiro. Só assim, aqui no Brasil, aceitariam a ideia. Le Corbusier, em sua visita de 1962, fez os maiores elogios. Isso chamou a atenção de nossos administradores, porque nos projetou internacionalmente. Ninguém faz milagres dentro de casa.²

Observa Nabil Bonduki, contudo, que os conjuntos de Reidy não constituíam obras isoladas, tampouco pontos de partida. Davam seqüências a uma produção de habitações coletivas, construídas no período de 1930-50, que, influenciados pelos debates dos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (CIAM), abordavam o tema da habitação a partir dos princípios da arquitetura e do urbanismo modernos. Como é sabido, incorporar o desenvolvimento da industrialização ao processo de construção estava na base da proposta dos arquitetos do primeiro pós-guerra europeu. Diante da urgência de um planejamento organizado que controlasse a demanda acelerada de moradias, a pré-fabricação tornou-se a solução ideal na criação de unidades modelos, organismos repetíveis formadores do conjunto, sobretudo pela velocidade de montagem e a conseqüente redução de custos. O racionalismo dos conjuntos habitacionais europeus inspirou o grupo de arquitetos brasileiros envolvidos com a produção de habitação no âmbito dos IAPs – Instituto de Aposentadorias e Pensões. Entre outros, poderíamos destacar: Carlos Frederico Ferreira, Attilio Corrêa Lima, Paulo Antunes Ribeiro e Eduardo Kneese de Melo, que realizaram uma série de estudos e propostas com vistas à fabricação serial industrializada³. Mas um primeiro olhar sobre a produção habitacional do IAPs poderia insinuar a existência de um antagonismo entre o projeto idealizado e a tecnologia construtiva adotada. Apesar dos pontuais componentes industrializados, eram utilizados métodos construtivos semi-artesanais, quando a força geradora do projeto habitacional moderno deriva precisamente da racionalização da construção industrializada. Expõe-se assim à

² Carmem Portinho, esposa de Reidy, defensora atuante na política de habitação social no Brasil, *in* CAVALCANTI, Lauro “Casas para o Povo” dissertação de mestrado Museu Nacional 1987

³ BONDUKI, Nabil, “Origens da Habitação Social no Brasil”p134

lógica do projeto moderno aquilo que lhe é diverso: a passagem da ideologia para a ação estaria incorporando uma contradição entre conceito e método?

Partindo da premissa que as admiráveis estruturas modernas brasileiras não tenham produzido um duplo compatível no campo da construção industrializada, com consequências diretas para o déficit da produção de habitação coletiva, a questão que se apresenta de imediato é investigar as razões pelas quais a incidência do movimento moderno internacional encontrou um campo de atuação mais próspero fora do âmbito da mecanização da construção.

Como se observou, a arquitetura brasileira, desde o projeto para o prédio do Ministério de Educação e Cultura de 1936, desenvolveu-se fundamentalmente a partir da construção de obras públicas⁴. A afirmação dos princípios modernos no Brasil dependia de um agente eficaz exterior ao domínio do capital especulativo. E o arrebatado discurso dos arquitetos da vanguarda brasileira solidarizava-se com as forças propulsoras governamentais de modernização do país⁵. Utilizada como instrumento de retórica progressista, a produção moderna arquitetônica contribuía para a formação de um novo imaginário popular que subjugasse o histórico subdesenvolvimento. Já no campo da habitação social, ao contrário, estava fadada a ser, talvez, a crença particular de alguns.

Paulo Bruna observa que o problema da industrialização da construção, antes de ser de eminência técnica, é político e social:

os problemas da industrialização não são técnicos; que as dificuldades encontradas não são de ordem tecnológica, produtiva ou organizativa; são, na realidade, problemas muito mais administrativos, de caráter econômico, político e social⁶.

No entanto, diante da notória disparidade entre as conquistas das construções artesanais e das industrializadas, nosso pressuposto é que as justificativas não podem somente ser encontradas em domínios exteriores ao

⁴ Sobre a atuação do Estado no projeto moderno ver MARTINS, Carlos Ferreira, “Identidade Nacional e Estado no Projeto Modernista”, Revista Oculum 2.

⁵ Particularmente as iniciativas de construção de edificações para abrigar Ministérios e órgãos públicos do presidente Getúlio Vargas e o ministro Gustavo Capanema, e, em especial, o presidente Juscelino Kubitschek, responsável pela construção de Brasília. A lista e descrição das obras pode ser encontrada em CAVALCANTI, Lauro “Moderno e Brasileiro”, p19

⁶ BRUNA, Paulo “Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento” p 15

processo da construção propriamente dito. Além da dificuldade administrativa crônica no Brasil não existiriam ainda outros fatores culturais incidentes na formação do trabalhador brasileiro que teriam acentuado o problema da industrialização da construção?

Ponderamos que, se a tecnologia industrial tivesse sido vinculada à política habitacional, desde a origem, teria minimizado a crise habitacional de hoje. Ou antes, preparado o terreno para uma ação mais eficaz. Segundo pesquisas de historiadores especializados em habitação, a aceleração do fluxo migratório, interno e externo, para os grandes centros urbanos brasileiros, tem origem no final do século XIX, quando a lentidão dos processos construtivos existentes já contribuía para a inviabilidade da produção de moradias coletivas que atendesse ao crescimento demográfico da época. Na pesquisa de Lilian Fessler Vaz, o crescimento demográfico da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, passou, entre 1870 e 1890, de 235.381 para 518.292 habitantes e, em 1906, atingiu 805.335 habitantes.⁷ São flagrantes dois impasses que se colocam de imediato: de um lado, a emergência de industrialização da construção, a fim de possibilitar a velocidade necessária à demanda do crescimento populacional; de outro, o problema do desemprego generalizado e o da falta de mão de obra especializada de acordo com os critérios de precisão e acabamento da indústria. Cabe reconhecer que a pré-fabricação da construção significava, antes de tudo, uma redução drástica no número de operários no canteiro de obras, em um país caracterizado pelo analfabetismo, carência de cursos profissionalizantes e desemprego crônico. O esforço de passagem dos métodos manuais para a industrialização apresenta-se, assim, um grave dilema com consequências diretas para a política de habitação.

Parece-nos, contudo, que, se nos distanciarmos dos aspectos políticos e sociais e promovermos um recorte restrito aos aspectos tecnológicos, a resposta se apresenta um tanto menos evidente. Nosso pressuposto é que o abismo entre o grau de experimentalismos e de desenvolvimento da tecnologia do concreto armado, moldado artesanalmente, e o do desenvolvimento da produção industrializada no país, não pode ser explicado tão somente pelas condições

⁷ VAZ, Lilian Fessler, “Modernidade e Moradia”, p 26

políticas ou por outros aspectos exteriores ao processo da construção propriamente dito.

Considerando a dimensão do problema da moradia no Brasil, é compreensível que a produção bibliográfica existente privilegie os seus aspectos mais abrangentes – sociais, econômicos, políticos e urbanísticos, afastando os estudos e as pesquisas de certas questões arquitetônicas, propriamente ditas, que tratam da técnica construtiva e a sua inter-relação com o resultado plástico-formal do conjunto. Interessa, contudo, para a nossa investigação, que o projeto moderno da habitação coletiva moderna surgiu, em sua origem, estreitamente associado aos métodos de produção industrial, introduzindo a concepção da célula da moradia. O módulo serial reproduzível pressupõe conferir a economia e a velocidade de construção a fim de atender à demanda do crescimento demográfico.

Não é de surpreender que Walter Gropius tenha direcionado duras críticas à produção moderna brasileira diante da urgência de obras sociais, por ocasião de sua visita ao país em 1954.⁸ Alguns anos mais tarde, ecos da visita do arquiteto alemão iriam repercutir em São Paulo, por intermédio, em especial, de Vilanova Artigas. Ao assumir posição crítica à Brasília, a produção paulista que se forma em torno das idéias de Artigas abandona os aspectos otimistas da linguagem arquitetônica brasileira, em favor da retomada do pensamento moderno, que relaciona os sistemas industrializados com o planejamento habitacional e urbano:

(...) temos estudado os problemas habitacionais do povo brasileiro, visando soluções que não nos levem a contemplá-lo habitando à sombra de palácios e monumentos, privado do mais elementar equipamento social urbano. Desperta nosso interesse o desenvolvimento industrial de nosso país. Dentro da mesma ordem de idéias, aproximamo-nos do desenho de seus produtos, na antevisão de uma pátria mais independente economicamente do controle estrangeiro (...).⁹

Cumprе lembrar que, naquela época, o campo da construção era dependente de diversos componentes estrangeiros, a ponto de ter conduzido o governo à implantação de uma política de isenção de impostos das taxas alfandegárias para importação de materiais de construção¹⁰. Com vistas à

⁸ BRUAND, Yves, “Arquitetura Contemporânea no Brasil”, p 224 nota 5

⁹ ARTIGAS, Vilanova, “Caminhos da Arquitetura”, trecho do discurso aos formandos da FAUUSP, em 1964, p38

¹⁰ BRUNA, Paulo, “Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento” p 33

edificação das cidades sob uma ótica condizente com a realidade econômica do país, o programa técnico e estético da produção arquitetônica brasileira orientou-se para o estímulo da produção serial, associado ao tipo de arquitetura do segundo pós-guerra europeu, em que os materiais eram utilizados em estado bruto. A bem dizer, a opção pela economia dos materiais sem revestimento e o incentivo à pré-fabricação, incorporava uma postura cívica e ideologicamente coletiva, que se apresentava historicamente rara na cultura brasileira, conforme retornaremos ao tema mais adiante. Iniciativas governamentais dos anos 1960, particularmente a criação do BNH - Banco Nacional de Habitação direciona ideologicamente os arquitetos para as obras sociais, suscitando novas possibilidades de incentivo à fabricação de componentes industrializados.

Na prática, porém, constata-se que, mais uma vez, a velocidade e a racionalização da construção não constituíram fatores primordiais para a realização dos empreendimentos. Ao contrário, os conjuntos eram executados segundo a lógica de barateamento de custo coincidente com a baixa qualidade de projeto e a lentidão dos métodos artesanais. Se a produção dos arquitetos dos anos 1960 desempenhara, de fato, uma proposta estética moderna alternativa à do Instituto de Aposentadorias e Pensões, já com relação ao ideal de pré-fabricação serial, todavia, pouco se distinguira da geração antecedente. Quase 30 anos após a iniciativa experimental do IAPs, o desenvolvimento da indústria da construção no Brasil permanecia longe das expectativas também dos arquitetos paulistas. As obras construídas naquele período são testemunhas de tal afirmação, assim como o são, os depoimentos datados dos anos 1960 de profissionais da construção, que revelam o que ainda era somente um desejo comum aos arquitetos brasileiros: projetar a partir de catálogos¹¹.

A crítica, dessa vez, surgiria, no cerne da produção arquitetônica de São Paulo. Após frustradas e contraditórias tentativas de conciliação, Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, interrogam a possibilidade de uma efetiva confluência entre o projeto moderno e a industrialização da construção no Brasil. Para eles, a formulação de uma linguagem arquitetônica brasileira deveria adotar

¹¹ No caderno “O Dirigente Construtor” publicado em 1966, consta que “o arquiteto carioca Arthur Pontual **antevê** o projeto por catálogos: da necessidade de introduzir métodos de produção industrial na construção, decorreria uma opção nova para os arquitetos.”

proposta distinta do projeto moderno internacional conforme estabelecido pelos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). No lugar da lógica da pré-fabricação serial, utilizar um sistema de racionalização de técnicas e materiais da tradição local geraria, por fim, uma *estética da economia*, do *absolutamente indispensável*, associada à realidade do país¹².

De acordo com Sérgio Ferro, a residência particular que construiu no bairro do Butantã (SP 1965), foi determinante para sua percepção da real dificuldade da industrialização no Brasil. A casa foi concebida a partir da lógica da combinação de componentes pré-fabricados, com vistas à montagem seca. Para as paredes de vedação, por exemplo, foi projetado um módulo de placa de concreto a ser produzida em série. Conforme o arquiteto, no entanto, os produtos pré-moldados foram entregues apresentando inúmeras imperfeições, provocando diversas soluções corretivas e consequentes desperdícios de tempo e de material.

A melhor técnica, em determinados casos, nem sempre é a mais adequada. Há mesmo situações em que a modernidade construtiva é fator secundário. Enquanto não for possível a industrialização em larga escala, o déficit habitacional exige o aproveitamento de técnicas populares e tradicionais¹³.

O comentário de Sérgio Ferro aponta para um momento preciso em que a experiência empírica triunfa e, ao assumir o papel de condicionante, transforma o método. O que nos conduz ao cerne da investigação: estaria, assim, o projeto moderno de arquitetura no Brasil condenado ao empirismo tecnológico local pré-moderno?

Observamos, contudo, que o discurso de aproveitamento das técnicas primitivas e populares, proposto por Sérgio Ferro, na prática, não pressupõe aproximações com a pesquisa das tradições conforme a empenhada por Lucio Costa. Em exame de algumas de suas obras (1) posteriores à residência do Butantã, acima citada, verifica-se que o tipo de tecnologia utilizada por Sérgio Ferro não incorpora necessariamente os componentes nativos ou coloniais da construção brasileira. Na residência que o arquiteto constrói, por exemplo, na Granja Vianna, na Estrada da Cotiá, a racionalização de técnicas artesanais está, de fato, incorporada. Porém a opção técnico-formal adotada de cobertura em

¹² FERRO, Sérgio, “Arquitetura e Trabalho Livre”

¹³ FERRO, Sérgio, “Arquitetura e Trabalho Livre” p44. Ed Cosac Naify

abóbada formada por arcos de tijolos e as vedações de paredes em tijolos de barro maciços em estado bruto sugere um ideal de racionalização de técnicas artesanais de incidências diversificadas.

Diante de um exame das obras de considerável parte da produção paulista dos anos 1960, a busca de elementos que fornecessem identidade local ao projeto moderno internacional, não parece ser um dado determinante. O problema de construção de uma linguagem moderna e brasileira já teria sido resolvido pela geração de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Tudo indica que para os arquitetos paulistas, o conceito de arquitetura regionalista havia sido substituído por uma ideologia mais ampla, ultrapassando, inclusive, as fronteiras nacionais. Apesar dos vícios dicotômicos historiográficos que nos levam a persistir nas características que diferenciam o tipo de arquitetura carioca da arquitetura paulista, as evidências das obras e dos discursos de seus autores, insinuam o inverso. Nas palavras de Joaquim Guedes, por exemplo, quando do início da sua prática profissional, a produção moderna que vinha da tradição de Lucio Costa e Oscar Niemeyer não era apreendida como carioca, mas brasileira¹⁴.

Poderíamos encontrar parte das razões que conduzem ao ideal de hegemonia territorial urbana, da produção brasileira dos anos 1960, na velha questão da relação com a natureza, em especial, considerando as brutais transformações a que foram submetidos os ambientes naturais com o acelerado crescimento dos núcleos urbanos. Como assinala Luis Saia, a cidade de São Paulo, em particular, sofreu um notável aumento de escala, passando dos 130 km² de 1930 aos 420 km² de 1954.¹⁵ Não se tratava mais, portanto, de pensar o projeto a partir das belas curvas das montanhas do Rio ou ainda da desértica amplitude planar de Brasília. Para os arquitetos iniciados nos anos 1950-60, o horizonte natural já havia sido substituído por outro: o contorno edificado das grandes metrópoles e a inevitável similaridade entre os grandes centros urbanos do mundo. A arquitetura de Paulo Mendes da Rocha é exemplar desse novo princípio espacial, uma vez que, incorporada a condição tectônica, afasta-se das posturas dicotômicas com vistas à lógica de reorganização da malha urbana, coincidente

¹⁴ SOLOT, Denise Chini, "Paulo Mendes da Rocha: Estrutura, o êxito da Forma, p21 entrevista a Joaquim Guedes em seu escritório em São Paulo abril 96.

¹⁵ SAIA, Luis, *Morada Paulista*, pp245

com a urgência de planejamento da macroescala das cidades brasileiras. Neste aspecto, cabe destacar a dimensão, sem precedentes, que as habitações coletivas desempenham na estrutura urbana, onde assumem o duplo papel: ao serem inseridas no espaço urbano, elas próprias o definem.

Nossa investigação pretende, desse modo, interrogar aspectos da teoria e da práxis da construção no Brasil, a partir da seleção de obras de alguns arquitetos que tornaram possível a realização de uma produção exemplar moderna e brasileira. Longe de pretender reunir a arquitetura brasileira em um conceito unívoco de modernidade, interessa-nos a diversidade que nasce precisamente das circunstanciais soluções geradas no seio do anacrônico e criativo processo conciliatório entre a ideologia e a prática da construção.

Fundamentando-nos em Teoria de Projeto Arquitetônico e em História da Arquitetura, da Arte e da Tecnologia da Construção, serão privilegiadas as esferas da técnica e da forma, sendo as demais questões contextuais e programáticas inerentes ao projeto arquitetônico, abordadas somente no limite necessário para a argumentação de nosso recorte. O que denominamos “Teoria” e “História” toma por base os conceitos de Hannah Arendt, quando aponta justamente a Tecnologia como o campo em que os domínios da História e da Natureza se cruzam e interpenetram¹⁶.

A teoria moderna não é mais um sistema de verdades razoavelmente conectadas que, enquanto verdades, não foram construídas, mas dadas à razão e aos sentidos. Tornou-se, ao invés disso, a teoria científica moderna, que é uma hipótese de trabalho que muda conforme os resultados que produz e que depende, para sua validade, não do que revela, mas do fato de funcionar: “(...) os feitos e artefatos dos homens prescrevem suas regras à razão, essas idéias tornaram-se, finalmente, meros valores cuja validade é determinada não por um ou muitos homens, mas pela sociedade como um todo em suas sempre mutáveis necessidades funcionais.”¹⁷

Arendt localiza a origem do processo que prioriza a ação sobre a razão teórica na transformação tecnológica do mundo pela Revolução Industrial. A era moderna trouxe consigo a glorificação do trabalho e resulta na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária. Ao recolocar o sujeito no centro da produção mecânica, Arendt apreende o processo de industrialização do

¹⁶ ARENDT, Hannah, “Entre o Passado e o Futuro” p 93

¹⁷ ARENDT, Hannah, op.cit. p 68

mundo em direção oposta às teses românticas de John Ruskin e William Morris, por exemplo, para os quais a racionalidade industrial seria excêntrica ao fazer humano.

Por vias distintas, Giulio Carlo Argan observa a progressiva prevalência da prática sobre a teoria dos tempos modernos. Na análise do autor, a utopia moderna é tecnológica, e corre o risco de ser alcançada e ultrapassada pelos fatos, a partir da própria condição maquinista de permanente autossuperação¹⁸. Ao destacar o inevitável caráter efêmero das descobertas científicas, Argan ressalta, em última instância, a diferença fundamental entre técnica e arte. Estamos atentos, portanto, ao método fenomenológico de Argan: as obras são tratadas como um conjunto de manifestações dialéticas, sem chegarem, contudo, a formar uma síntese conclusiva, uma vez que, em aberto, superam as suas razões especulativas originárias.

O início da investigação, portanto, nos pareceu o mais natural: o processo de reflexão brota do embate direto com a experiência das obras. Já o caminho a ser percorrido se apresentava menos evidente, diante do leque de possibilidades. Retomando o nosso pressuposto de que o abismo existente entre o desenvolvimento da tecnologia do concreto armado, moldado artesanalmente, e o da produção industrializada no Brasil não poderia ser explicado tão somente por condições exteriores ao processo da construção, optamos por recorrer ao crítico período de passagem do trabalho manual para o trabalho industrial. E logo surgiu o duplo sentido da questão: a técnica como esquema mecânico e a técnica como processo lógico. Sendo assim, no primeiro seguimento procuramos avaliar as condições contextuais do processo de transferência da vida rural para a vida urbana que, no Brasil, grosso modo, coincidem com o período de implantação do regime republicano.

A análise de José Murillo de Carvalho, em “A Formação das Almas¹⁹”, forneceu a base para avaliar o difícil processo de inserção de um país escravocrata, caracterizado pela falta de um proletariado propriamente dito, no

¹⁸ ARGAN, G.C. “Projeto e Destino”, p11

¹⁹ MURILLO DE CARVALHO, José, “A Formação das Almas, o imaginário da República no Brasil”, Ed C. das Letras.

mercado de trabalho republicano com vistas à industrialização. Como nos recomenda Max Weber, todavia, as diferenças de comportamento das distintas sociedades na passagem da vida rural para a urbana - no caso particular, do trabalho manual para o industrial - não devem ser buscadas somente na situação histórico-político-econômica, mas também desde a esfera da educação religiosa e familiar. Duas passagens de Max Weber despertaram particularmente a nossa atenção. A primeira, em “A Ética Protestante e o Espírito Capitalista”, quando o autor traça os perfis dos trabalhadores europeus, destacando as diferenças religiosas e familiares e as respectivas implicações para a ética do trabalho. E, a segunda, em “Ciência como Vocação”, em que a racionalização técnica e científica aparece como o caminho viável diante da eminente condição caótica mundana. Em seu estudo sobre a Europa do final do século XIX, Weber atesta a rápida adequação dos povos protestantes ao “espírito capitalista” da sociedade que se transforma, sob a ótica da indústria, assim como, quantitativamente, a maior proporção de integrantes protestantes nas camadas superiores de mão-de-obra qualificada nas fábricas. E enfatiza as singularidades da educação religiosa da região de origem, e da família, como os fatores determinantes do destino profissional do indivíduo²⁰. A título de inclusões complementares à leitura de Weber, recorreremos também a “Pensando com a História” de Carl Schorske.

A incidência da sociologia histórica weberiana sobre a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, “Raízes do Brasil” (1936), nos forneceu, assim, a chave analógica inicial para contextualizar o problema brasileiro. No entanto, cabe distinguir algumas significativas diferenças entre os autores. A análise de Weber pretende discernir o fenômeno em suas múltiplas vias, apreendendo simultaneamente as suas faculdades de condicionado e de condicionante, ao reunir uma série de contradições que indicam desenvolvimentos evolutivos heterogêneos em distintas esferas. O processo dialético permanece em aberto, uma vez que se depara com a impossibilidade de controle prévio. Já o sociólogo brasileiro, trata seus “tipos ideais” de modo dicotômico ao adotar o princípio de análise por meio de pares de extremos opostos. A opção de Sérgio Buarque pela caracterização tipológica aos pares - o trabalhador e o aventureiro; o sementeiro e o ladrilhador, opera notoriamente por redução. Ao se afastar do pluralismo do sociólogo

²⁰ WEBER, Max, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, pp 31-33

alemão, Sérgio Buarque nos induz a buscar afinidades diretas com o contexto cultural dos anos 1930s, coincidente com o período de implantação do projeto moderno arquitetônico no Brasil. Naquela época, a busca da identidade nacional centralizava os debates em torno de questões fundamentalmente dualistas: natureza e cultura, manual e mecânico, tradição e modernidade, regional e universal, etc. O que nos seduz no texto de Sérgio Buarque - e aí podemos evidenciar, novamente, as sintonias com Weber - é o processo de trabalhar no limiar entre o indivíduo e o sujeito histórico: a idéia de uma sociedade que pressupõe a generalização de particularidades.

Críticas mais recentes de “Raízes do Brasil”²¹ observam o problema do reducionismo dicotômico da análise aos pares opostos, que por vezes poderia sugerir valores positivos ou negativos às características luso-brasileiras. Não entraremos, contudo, no mérito dessa questão. Atribuir valores relativos entre as culturas não é nossa intenção, uma vez que não pretendemos desenvolver um pensamento linear progressista. A busca por semelhanças e disparidades culturais entre os países selecionados para a investigação, será tratada de modo fenomenológico em múltiplas vias: ao mesmo tempo em que apresentam semelhantes incidências de mesclas civilizatórias, engendram experiências autônomas circunstanciais. Conforme argumentamos acima, o caráter dicotômico da análise de Sérgio Buarque nos é, todavia, precisamente útil. Com admirável perspicácia, “Raízes do Brasil” nos proveu, antes de tudo, a dimensão do desafio enfrentado pelos arquitetos introdutores do projeto moderno no país, diante da dificuldade de conciliar as questões que se delineavam de modos aparentemente antagônicos.

Muito mais que a referência tipológica proposta por Sérgio Buarque, a Alemanha se apresenta como o país emblemático para o desenvolvimento do nosso estudo. A incidência alemã foi, antes de tudo, determinante para a introdução da tecnologia do material que se tornaria o instrumento fundamental para a arquitetura moderna brasileira: o concreto armado. Ao lado da incidência francesa de Le Corbusier, portanto, cumpre destacar o desempenho crucial dos engenheiros descendentes dos imigrantes germânicos no Brasil. Assim, no

²¹ Edição Comemorativa de 2006 “Raízes do Brasil” BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, estamos particularmente nos referindo ao texto de WEGNER, Robert, p 335

segundo e terceiro capítulos, procuramos traçar um breve panorama geral da construção no Brasil, desde a chegada do colonizador português e as intervenções dos distintos imigrantes, até a introdução do concreto armado e o papel fundamental dos engenheiros brasileiros. Acerca das vertentes culturais que incidiram direta ou indiretamente no Brasil, longe de pretender dar conta de uma esmerada pesquisa empírica, ou de um estudo historiográfico amplo e aprofundado, ou ainda, de incluir, de fato, todas as culturas que tiveram incidências no país - até porque isso geraria material para outro(s) trabalho(s) - optamos por propor um questionamento apoiando as nossas considerações em dados informativos tirados das pesquisas dos autores em questão, somados às nossas impressões em viagens passadas ao interior do Brasil e a alguns países da América Latina²². Nestes dois capítulos, direcionamos o foco principal às construções populares, uma vez que não são estreitamente associadas a repertórios, materiais e mão de obra exclusivamente importados para construções específicas religiosas, militares ou governamentais. Desse modo, antes de nos entranhar pela rica diversidade e diferenças de cada cultura aqui incidente, interessa-nos, ao contrário, destacar os denominadores comuns que possivelmente contribuíram para a formação da tecnologia de excelência do concreto armado no Brasil.

As obras selecionadas - pontos de partida e objetos de estudo - são comentadas na segunda metade da investigação. São quatro capítulos sintéticos em que propomos uma leitura ainda mais ensaística, uma vez que partimos diretamente das evidências das obras e de alguns comentários de seus autores. Apoiamos as nossas considerações nos textos dos autores indicados nos capítulos introdutórios. O processo de exame das obras procurou seguir o recorte estrito da pesquisa técnica e plástica. Por vezes, procuramos destacar alguns aspectos fora das reconhecidas incidências europeias de Le Corbusier, Walter Gropius ou Mies van der Rohe, sugerindo algumas aproximações, inclusive, com Frank Lloyd Wright, particularmente no referente à visão situada e nevrálgica territorial do continente americano.

²² Serão citados no texto alguns exemplos de construções populares no interior do México e do Peru, mas foram também visitadas, em viagens passadas, algumas cidades no interior da Colômbia, Argentina, Uruguay, Paraguay, Chile, Equador, Panamá, Cuba e República Dominicana.

Antes de pretender conferir valor hierárquico às obras selecionadas, entre tantas outras emblemáticas, ponderamos as questões que estas nos colocam, a partir das evidências de:

- mediações entre o projeto moderno e os experimentalismos práticos da construção local.
- processos concomitantes de pesquisa técnica e formal arquitetônicas.
- aproximações com os experimentalismos das artes plásticas.

Particularmente referente a esta última premissa, cabe comentar que o nosso esforço de entendimento das pesquisas técnico-formais realizadas nas obras, conduziu, ainda, à busca de afinidades com as questões vivenciadas pelas artes plásticas brasileiras que, por vias diversas, compartilharam a difícil tarefa de mediação da ideologia moderna e a carência de coletividade cultural local. Sendo assim, a nossa escolha recaiu sobre algumas obras de quatro notáveis arquitetos: Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Paulo Mendes da Rocha.

Para a leitura de Lucio Costa, selecionamos o Projeto Residencial do Parque Guinle diante da sintética e admirável qualidade de reunir em uma unidade modular industrializada, a própria cena brasileira, incorporando uma diversidade de questões mediadoras entre o projeto moderno e a tradição cultural. Em Affonso Eduardo Reidy, destacamos os resultados alcançados nos conjuntos do Pedregulho e da Gávea, e no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, exemplares de um momento extraordinário para a produção brasileira, em que a técnica do concreto armado brasileiro libera a forma plástica a partir de uma visão territorial situada. Já Oscar Niemeyer, inverteria a ordem enunciada: é a forma que, ao desafiar a técnica, libera-a e a conduz a soluções inusitadas. Proporcionalmente à dimensão quantitativa de sua produção, optamos por selecionar um número maior de obras do arquiteto.

Seguindo este recorte, observamos que, por volta dos anos 1950-60, diante da extraordinária qualidade das conquistas realizadas, o terreno estava fértil para o enfrentamento de novos desafios. Dentre a produção deste período, destacamos a genuína e coesa pesquisa técnica e formal da obra de Paulo Mendes da Rocha, que

incorpora as lições de seus precursores sem, no entanto, citá-las, quer formal ou verbalmente.

Uma vez concluído o processo de seleção das obras, e assumindo a industrialização serial como um desafio paralelo à vontade dos arquitetos modernos brasileiros, logo ficou patente a impossibilidade de centralizar a pesquisa na mera transferência dos valores ideológicos e tecnológicos dos países plenamente industrializados para o Brasil. A questão que se impôs foi: a partir de tal transferência, em que medida ocorreu um processo eficaz e criativo de projeto e construção adequados à realidade local? Isso poderia justificar - ao invés de condenar - o relativo anacronismo da arquitetura moderna brasileira? Não seria, esta sim, limitada e utópica a visão unívoca tecnicista da arquitetura? De um modo ou de outro, é o produto final, a obra construída, o nosso objeto de estudo, já que compreende, simultaneamente, o ponto de partida e o conclusivo do processo: até que ponto é exequível realizar uma produção arquitetônica de qualidade, quando as condições existentes – políticas, sociais, econômicas e técnicas - são aparentemente tão contraditórias?